

16/07/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Sem cobrança em universidades](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[A Flip e o fascismo](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Educação](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Plano para que universidades federais captem recursos terá marca de Weintraub](#)

Imprensa Estadual

**HOJE EM DIA - MG**

[ASSISTENTE DE ENSINO E PESQUISA EM LÍNGUA INGLESA](#)

**A TARDE - BA**

[Primeiro aula do 'Enem 100%' reúne cerca de 320 alunos no CAB](#)

**MEIO NORTE - PI**

[Ministro nega plano de cobrar mensalidade](#)

Agências de notícias e sites

**DOURADOS AGORA**

[MEC quer divulgar boas práticas de professores](#)

**AGÊNCIA BRASIL**

[LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento](#)

[Prazo para participar da lista de espera do ProUni acaba hoje](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Estudante é eleita representante do Rio no Parlamento Juvenil do Mercosul: Sou preta e da periferia; é significativo](#)

**CONGRESSO EM FOCO**

[Deputado pede informação sobre cortes na educação](#)

**CORREIO WEB**

[Ministro da Educação nega rumores de mensalidade nas universidades públicas](#)

[LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento](#)

**G1**

[Ministro da Educação reúne reitores das federais para apresentar projeto de eficiência de gestão](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Corte de recurso para creches atinge trabalhadora pobre, diz ex-secretária](#)

[LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento](#)

Agências de notícias e sites

**ABRASCO**

['Pesquisa e Desenvolvimento - Destruição e Ameaças' por Reinaldo Guimarães](#)

**CLICKPB**

[MPF pede na Justiça suspensão de edital de seleção para o Programa de Professor](#)

[Visitante no Exterior](#)

**FUNDACRED**

[Capes permitirá pós-graduação a distância](#)

**G1**

[Ministro da Educação nega plano de cobrar mensalidade nas universidades federais](#)

**GAZETA DE VOTORANTIM**

[Campus Sorocaba da UFSCar oferece bolsa de pós-doutorado na área de Ciência dos Materiais](#)

## **JORNAL DA CIÊNCIA**

[Coppe está preparada para atender demandas da indústria, diz novo diretor](#)

[Formigas que defendem plantas recebem açúcar e proteína](#)

[Capes permitirá pela primeira vez cursos de pós-graduação a distância](#)

[Meeting Brazil-France renova parceria entre os dois países](#)

[Pesquisa e Desenvolvimento - Destruição e Ameaças](#)

## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

[MPF quer que Capes retifique edital de seleção de Programa de Professor Visitante no Exterior](#)

## **O ESTADO ONLINE**

[Retribuição de formigas que defendem plantas é açúcar e proteína](#)

## **PORTAL MÍDIA URBANA**

[MEC propõe reunião com reitores e pró-reitores de Federais](#)

## **R7**

[Mudanças no processo seletivo da UnB](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Universidades federais reduzem atividades e ameaçam parar no 2º semestre](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Sem cobrança em universidades**

**Ministro da Educação garante que graduação de alunos das federais não será paga. Hoje, haverá reunião com reitores para apresentar programa Future-se SOCIEDADE**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou ontem que o governo pretenda cobrar mensalidades de estudantes das universidades públicas, dizendo se tratar de fake news. Segundo ele, a redução de verbas para o ensino superior é uma aposta do MEC para aumentar o orçamento para a educação básica.

No domingo, Weintraub já havia se pronunciado sobre o assunto, dizendo que as universidades federais continuarão públicas. Ele não falou, entretanto, sobre cobranças na pós-graduação. “Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...”, escreveu o ministro.

Weintraub garantiu que a graduação não será paga pelos alunos das federais.

“Manteremos a situação atual (pagadores de impostos), porém, a rápida deterioração das contas vista nos últimos anos será interrompida. Há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados”, disse.

A discussão sobre gratuidade nas instituições federais surgiu depois da convocação feita pelo ministério aos reitores de universidades federais, marcada para hoje. Em nota, a Universidade de Brasília (UnB) informou que recebeu o convite “para participar de

reunião institucional, com vistas a apresentar o programa ministerial”, mas que o documento não detalhava qual programa seria apresentado nem os temas tratados.

Future-se

Segundo o secretário de Educação Superior da pasta, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, um dos principais pontos a ser apresentado é o novo programa intitulado “Future-se”. Apesar de não detalhar ao certo como funcionará, o governo afirma que o projeto visa o fortalecimento da autonomia financeira das universidades e dos institutos federais e aproximará as instituições do Brasil ao desempenho dos países de ponta, no mundo.

Procurada pela reportagem, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) afirmou que só se pronunciará sobre o assunto após a reunião.

O anúncio do novo projeto ocorre em meio ao contingenciamento de verbas das universidades federais e de obras da educação inacabadas. Até o momento, menos de 50% do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) foram terminadas. Ao todo, foram aprovadas 9.028 intervenções. Dessas, apenas 4.047 estão concluídas.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **A Flip e o fascismo**

#### **Mediocridade procede ao desmonte de conquistas**

Vários amigos, embora tenham horror ao atual governo, não se preocupam muito: pensam que em quatro anos as eleições o substituirão. Alguns acrescentam que o Brasil assim aprenderá melhor o valor da democracia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/07/a-flip-e-o-fascismo.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY**

### **Educação**

A Pau a Pique Produções está levantando recursos para rodar o documentário Balbúrdia, O Filme. O longa – uma reação às declarações do ministro Abraham Weintraub – será gravado em universidades como USP, UNESP e federais na Bahia, MS, Cariri, entre outras.

Apresenta também entrevistas com especialistas da área da educação, bolsistas e estudantes de pós graduação.

Educação 2

Os diretores do filme – cuja produtora nasceu dentro da Unicamp – querem arrecadar R\$50 mil por meio de financiamento coletivo.

E prometem entregar uma “defesa da universidade pública e da Ciência no Brasil”.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **Plano para que universidades federais captem recursos terá marca de Weintraub**

O Future-se, programa do governo federal para o ensino superior, deve ser apresentado hoje para o presidente Jair Bolsonaro, mesmo dia em que as linhas gerais também serão

discutidas com os reitores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6351261/plano-para-que-universidades-federais-captem-recursos-tera-marca-de-weintraub>

topo ↕

## **HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES**

### **ASSISTENTE DE ENSINO E PESQUISA EM LÍNGUA INGLESA**

Crianças e adolescentes, de 7 a 13 anos, com dificuldade de aprendizagem têm sido atendidos no Centro de Saúde Gentil Gomes, região Nordeste de Belo Horizonte. Os jovens recebem auxílio de uma equipe multidisciplinar que conta com pediatria, psicólogo, terapeuta, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, dentre outros voluntários. A iniciativa também oferece aos pais e responsáveis orientação e suporte necessários para lidarem com as dificuldades que os filhos apresentam em casa e na escola.

O trabalho é desenvolvido em nove encontros. São promovidas ações de leitura, escrita e estimulação cognitiva. O letramento é realizado por meio de atividades de processamento fonológico, ortográfico, leitura compartilhada e discussões. O projeto Aprender foi criado após uma série de debates e reuniões da equipe do posto de saúde. Os profissionais se organizaram para criar um plano terapêutico. Interessados em participar podem fazer contato por meio dos telefones (31) 3277-6270 ou 3277-6280.

Universidades interessadas em receber assistentes de ensino ou pesquisa em língua inglesa têm até as 17h de 16 de agosto para encaminhar as propostas para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A iniciativa, uma parceria entre o órgão e o programa de intercâmbio americano Fulbright, busca aprimorar a aprendizagem nos cursos de Letras. Ao todo, conforme o órgão, serão contemplados 40 projetos, com vigência de três anos. Anualmente, até 2022, a **Capes** destinará até R\$ 5,6 milhões do programa. O valor máximo para cada proposta será de R\$ 142,3 mil. As inscrições são feitas por meio do site [capes.gov.br](http://capes.gov.br). Os projetos selecionados serão divulgados até 30 de outubro.

topo ↕

## **A TARDE - BA - BAHIA**

### **Primeiro aula do 'Enem 100%' reúne cerca de 320 alunos no CAB**

Cerca de 320 estudantes de oito escolas estiveram, ontem, no auditório da Secretaria da Educação do Estado (SEC) atentos ao primeiro aula do projeto "Enem 100%". A ação que acontece até o mês de outubro visando preparar alunos para a avaliação envolverá um total de 6.400 alunos de 1.600 escolas de Salvador e Região Metropolitana (RMS). "O Enem 100% lida como uma das temáticas mais importantes para o estudante do 3º ano, ou seja, ingressar no ensino superior. É uma oportunidade de se preparar", disse a superintendente de políticas para educação básica, Manuelita Brito. As aulas acontecem no Centro Administrativo da Bahia (CAB) e serão concluídas em quatro ciclos. O primeiro acontece esta semana com escolas pré-definidas. Já os demais serão de 19 a 23 de agosto, de 23 a 27 de setembro e de 7 a 11 de outubro, sempre de manhã e à tarde com oito escolas por dia. As aulas são transmitidas ao vivo no Portal da Educação ([www.educacao.ba.gov.br](http://www.educacao.ba.gov.br)) e pelas redes sociais da Educação Bahia. "Fazendo isso por todo o estado. Estamos preparando os alunos não só para o Enem, mas para a vida", disse o titular da SEC, Jerônimo Rodrigues.

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

### Ministro nega plano de cobrar mensalidade

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou na segunda-feira, 15 de julho, que o governo de Jair Bolsonaro pretende cobrar mensalidades de estudantes das universidades federais. “O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro não vai cobrar, nunca saiu daqui, isso é fake news, não vai cobrar, do estudante de graduação das unidades federais, mensalidade alguma”, afirmou ele durante agenda oficial em Florianópolis (SC). No domingo, Weintraub usou seu perfil em uma rede social para afastar rumores de que pretende privatizar a rede federal de ensino superior. “Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA etc.

A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...”, escreveu ele. O ministro atribuiu os rumores a pessoas da “oposição”. “O governo do presidente Jair Bolsonaro não pretende cobrar. O que a gente vai fazer: eficiência”, disse Weintraub, citando o fato de que, mais de dois meses depois do contingenciamento aplicado pelo MEC nas universidades federais, as instituições continuam funcionando. “Passado 70 dias não tem uma universidade federal fechada.

Não tem uma universidade sem luz. Não tem um refeitório, estudantes sem alimentação no bandeirão. O que foi feito? Foi feito gestão”, disse ele. Algumas universidades, porém, afirmam que, após o contingenciamento, não conseguem pagar contas e tiveram que reduzir as áreas dos campi que terão serviço de limpeza. Na Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a nova reitora, Denise Pires de Carvalho, afirmou que a universidade não paga a conta de luz desde janeiro. Já a Federal da Bahia (UFBA) disse que precisou reduzir o horário de funcionamento durante o recesso do semestre letivo.

[topo](#)

## DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

### MEC quer divulgar boas práticas de professores

O Ministério da Educação (MEC) quer eleger professores com destaque para que possam compartilhar as boas práticas com os demais docentes o país.

A ação faz parte de estratégias que estão sendo pensadas na pasta para tornar a carreira de professor mais atraente no Brasil e dar melhores condições para os docentes.

De acordo com a diretora de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do MEC, Mariana Muçouçah, o projeto da política pública deverá ser apresentado ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, até o fim deste ano.

Segundo Mariana, Para selecionar os melhores professores das escolas públicas, o MEC deve usar indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Serão considerados referência os docentes que, entre outros fatores, conseguirem melhorar o desempenho dos estudantes.

"Esses professores vão ser identificados com indicadores que temos para educação. Vamos monitorar para ver se esse critério de seleção está sendo suficiente ou não", disse Mariana, que participou do debate sobre a formação dos professores no Brasil, na

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Os debatedores destacaram a formação dos docentes como fator central para que melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Atualmente, lecionar em escolas públicas é pouco atraente, e apenas 2,4% dos estudantes querem seguir essa carreira, revela a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além disso, os professores ganham menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. De acordo com relatório divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham, em média, 74,8% do que ganham profissionais assalariados de outras áreas.

Atratividade

De acordo com Mariana, o MEC pretende mudar esse cenário e, para isso, está realizando uma série de estudos.

O cronograma para implementação de políticas públicas se estende até 2023. "Estamos finalizando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação Básica.

Estamos finalizando esta semana. Uma das ações pretendidas é apresentar o documento aqui na comissão, se não esta semana, até o final de julho."

Outra ação prevista é a oferta de bolsas de estudos para futuros professores. "Vamos pensar em novas bolsas. Vamos, junto com a **Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]** e com agentes da educação, pensar em novas propostas".

A intenção é que uma proposta seja apresentada até o começo do ano que vem. A pasta pretende seguir com as bolsas atuais ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e pelo Programa de Residência Pedagógica.

Base de Formação Docente

O MEC pretende concluir também até novembro deste ano a revisão do texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do então presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em fevereiro deste ano, o MEC pediu o texto de volta para "ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base", conforme informou na época.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país.

O texto apresentado no ano passado estabelece, entre outras questões, que a formação do professor seja mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com Mariana, a primeira reunião na secretaria foi realizada hoje, e ainda não há conclusões sobre o que deve ser alterado na proposta.

## Participação

O deputado Professor Israel Batista (PV-DF) criticou a demora do MEC para apresentar políticas efetivas e disse que apresentará um relatório sobre formação de professores, além de propor soluções.

"No segundo semestre, a Comissão de Educação e a Frente Parlamentar Mista da Educação devem assumir o protagonismo. Vamos apresentar um conjunto de propostas de solução", adiantou o deputado.

Professores e especialistas presentes à audiência defenderam mais participação da sociedade civil na elaboração dessas políticas, que, segundo Mariana, envolvem representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), ou seja, governos estaduais e municipais.

Participaram do debate representantes da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), entre outras instituições.

topo ↕

## AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

### **LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento**

### **Relatório deve prever reajuste para funcionários públicos em 2020**

O relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 deve ser votado no início de agosto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. O parecer do deputado Cacá Leão (PP-BA) seria examinado na última quarta-feira (10), mas a reunião foi cancelada em razão da votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

“Fizemos uma reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para que a LDO não interferisse na reforma da Previdência”, disse Leão. “Adotamos a cautela de deixar a LDO para o segundo semestre. Na primeira semana de agosto, acredito que vamos votá-la na comissão e no plenário do Congresso Nacional”, acrescentou.

Constitucionalmente, deputados e senadores devem aprovar a LDO pelo Congresso antes do recesso legislativo, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. No entanto, o recesso, que começaria dia 18 de julho, foi antecipado após a conclusão da votação do primeiro turno da reforma da Previdência sem a análise do parecer na CMO.

Com 2.996 emendas apresentadas, a maioria delas (1.918) de redação, o prazo para sugestões de alteração no texto foi encerrado no início de julho.

Reajuste salarial

O relatório da proposta da LDO de 2020 (PLN5/2019) deve incluir a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público em 2020. A medida contraria o governo que, na proposta original, enviada ao Congresso em abril, prevê a possibilidade de aumento apenas aos militares.

Ao apresentar o relatório preliminar, no final de junho, Cacá Leão defendeu, entre outros pontos, a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Previsto para ser extinto em 2020, o fundo divide recursos da União entre estados e municípios.

#### Salário Mínimo

O texto em análise prevê ainda que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. Na comparação com o valor atual do mínimo, R\$ 998, o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também siga apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

topo ↕

#### AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

##### **Prazo para participar da lista de espera do ProUni acaba hoje Por Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Brasília**

Termina hoje (16) o prazo para participar da lista de espera do Programa Universidade para Todos (ProUni).

A adesão é feita na página do programa, pela internet. A relação dos candidatos em lista de espera será divulgada na quinta-feira (18).

Podem participar da lista de espera os candidatos que não foram selecionados na primeira opção de curso feita na hora da inscrição em nenhuma das duas chamadas regulares do programa.

Além disso, podem participar aqueles que foram selecionados para a segunda opção, mas cuja turma não foi formada. Esses estudantes concorrem a vagas para a primeira opção de curso.

Devem concorrer a vagas para a segunda opção de curso aqueles cujas turmas da primeira opção não foram formadas ou as bolsas da primeira opção não foram disponibilizadas.

Todos os candidatos participantes da lista terão que comparecer, entre os dias 19 e 22 de julho, às respectivas instituições para apresentar a documentação para comprovação das informações prestadas na inscrição.

A lista de espera será usada pelas instituições de ensino para preencher as vagas que, após a primeira e a segunda chamadas, permanecerem disponíveis.

## ProUni

Ao todo, serão ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100% do valor da mensalidade, e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor da mensalidade.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo.

As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

O ProUni é voltado para candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018.

Os estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsistas integrais.

É preciso ainda ter obtido nota mínima de 450 pontos na média aritmética das notas nas provas do Enem.

Também podem se inscrever no programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Estudante é eleita representante do Rio no Parlamento Juvenil do Mercosul: Sou preta e da periferia; é significativo**

**Juliana Andrade Lessa foi escolhida por ter um projeto para reduzir a evasão escolar entre jovens negros. Esta semana, ela participa da cerimônia de posse em Brasília**

RIO - Demorou uma semana para cair a ficha. Juliana Andrade Lessa, de 18 anos, não acreditou assim que sua irmã lhe contou que ela tinha sido eleita representante do estado do Rio de Janeiro no Parlamento Juvenil do Mercosul (PJM).

O programa, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), visa estimular o protagonismo juvenil, incentivando estudantes a criar projetos com propostas de melhoria para as escolas do estado onde moram. O MEC seleciona três em cada unidade da federação e realiza uma votação on-line para que o representante estadual seja escolhido.

Aluna do Colégio Pedro II, Juliana foi a mais votada no Rio com uma proposta para estimular a inclusão educativa de jovens negros. A estudante defende que a falta de representatividade tem influência sobre os altos índices de abandono escolar entre alunos negros.

A proposta foi inspirada em um programa de iniciação artística que debate a representação das mulheres negras no colégio. A iniciação é coordenada pela professora Carine da Costa Cadilho, que também orientou a jovem na inscrição para o PJM.

SIGA CELINA NO INSTAGRAM

Moradora de Cavalcanti, na Zona Norte do Rio, Juliana estuda no Colégio Pedro II desde o sexto ano e foi lá que entrou em contato com o debate de raça e gênero. As discussões a motivaram a criar, junto com as amigas, o coletivo feminista Agbara, formado só por mulheres negras.

— Ter acesso a uma educação pública de qualidade foi fundamental para que eu entendesse a complexidade do que estava me cercado e a complexidade do que sou. Foi assim que comecei a participar do debate racial — afirma.

Em conversa com CELINA, a estudante falou das suas motivações para participar do PJM e de que forma pretende colocar em prática as suas ideias. Empolgada com o desafio, nesta semana ela vai a Brasília para participar de um programa de formação do programa, junto com os outros 26 representantes eleitos. Em outubro, o grupo vai a Montevidéu, no Uruguai, para um encontro com os alunos de todo o Mercosul. O mandato vai até 2021.

Por que escolheu o tema da evasão escolar de jovens negros para o seu projeto?

O PJM visa estimular o protagonismo juvenil. A ideia é que os jovens criem projetos para suas escolas e para os seus estados. Eu já estava pesquisando o assunto dentro do projeto de iniciação artística coordenado pela professora Carine. Na plataforma Nilo Peçanha, vi que há esse embranquecimento da escola ao longo dos anos. E eu vi isso acontecer. A maioria das pessoas da minha sala é branca. No IBGE, vi que a população negra é a maior na extrema linha de pobreza e que somos minoria entre os que têm ensino superior. Peguei todos esses dados e decidi pensar em alguma coisa para o contexto do colégio.

Qual é o objetivo do projeto?

O objetivo é contribuir para diminuir a evasão escolar, mas relacionando o abandono dos estudos com a falta de representatividade. Busquei questionar o porquê de os alunos estarem saindo da escola, para além dessa estrutura que a gente já sabe que existe, de o jovem negro ter que abandonar os estudos para trabalhar, de as meninas engravidarem cedo porque não têm acesso a uma saúde pública de qualidade. Entendo que aí também entra a questão da representatividade. A gente não tem uma escola que dá visibilidade para personalidades negras e os jovens não se identificam lá dentro. É muito desmotivante estar num lugar que não se importa com as suas questões.

De que forma você pretende abordar a questão da representatividade?

A gente não tem recurso para fazer as atividades. Tem que fazer com o que já tem na escola. Nesse contexto, vamos buscar fazer apresentações de autores e autoras negras nas escolas públicas, realização de semanas culturais, rodas de conversa sobre a história da África etc. Outra ideia é pesquisar o que esses alunos querem cursar, qual é a perspectiva de futuro deles, e aí trazer pessoas negras dessas áreas para poder falar sobre o mercado. Tudo isso para trabalhar a questão da motivação e da identificação. Também queremos incentivar a criação das frentes negras nos colégios. O Pedro II tem, mas várias escolas municipais e estaduais não. Estou pensando em formar um grupo,

porque não vou conseguir fazer tudo isso sozinha. Vou chamar algumas pessoas para trabalhar junto comigo, inclusive de outras escolas.

Como recebeu a notícia da eleição? Está empolgada para assumir essa posição no PJM?

Escrevi o projeto baseada no que eu acredito, mas sem muita pretensão. Quem viu o resultado foi a minha irmã. Quando saiu, fiquei uma semana sem acreditar. Mas fiquei muito feliz de poder dar mais esse passo. É muito gratificante poder fazer uma coisa que eu queria que tivessem feito para mim. É muito legal ouvir outros jovens falarem que acham o projeto incrível. Estou muito empolgada. Eu sou uma menina preta, da periferia. Estar assumindo esse lugar de protagonismo juvenil é muito significativo.

Você se considera uma ativista? Quando começou a se relacionar com essas pautas de raça e gênero?

As pessoas que eu considero ativistas fazem muito mais do que eu, mas talvez eu esteja caminhando para isso. Eu comecei a participar desses debates quando entrei no Pedro II, foi um passo muito grande de privilégio. Vim de uma escola municipal do bairro onde eu moro e, aqui, não rola esse debate de gênero, de raça. A gente sofre essas coisas, mas segue a vida como se tudo isso fosse ok. Ter acesso a essa educação pública de qualidade foi fundamental para que eu entendesse a complexidade do que estava me cercado e a complexidade do que sou.

topo ↕

## **CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL**

### **Deputado pede informação sobre cortes na educação**

Em meio ao recesso do Congresso, os ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Economia, Paulo Guedes, precisarão esclarecer os cortes na educação básica. Integrante da Comissão de Educação da Câmara, o deputado Danilo Cabral (PSB-PE) disse que apresentará requerimentos com pedido de informação às pastas chefiadas por Guedes e Weintraub sobre os cortes que atingiram desde as creches até o ensino integral. “Esse governo prova mais uma vez sua desatenção com a educação, área que deveria ser estratégica para o desenvolvimento do país”, afirmou.

De acordo com a Folha de S.Paulo, o governo Jair Bolsonaro esvaziou no primeiro semestre ações voltadas para a educação básica. Foram afetados, por exemplo, repasses de apoio a educação em tempo integral, construção de creches, alfabetização e ensino técnico. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

O Ministério da Educação não repassou nada para o apoio à educação integral nos ensinos fundamental e médio. Em 2018, foram transferidos R\$ 399,6 milhões para 9.197 escolas. Como os alunos estão matriculados nas redes municipais e estaduais, o governo federal realiza transferências para redes e escolas para apoiar governos e induzir políticas. O fomento para o ensino integral, por exemplo, vinha ocorrendo por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

Não havia expectativa de redução de verba porque o PDDE não está incluído nas rubricas do orçamento que compõem o contingenciamento de R\$ 5,7 bilhões determinado para o MEC (Ministério da Educação) neste ano.

“Isso é muito grave, porque os avanços no ensino integral só acontecem com investimentos”, disse Danilo. Ele citou o caso de Pernambuco que, em 2007, instituiu a política estadual de ensino integral e, desde então, amplia sua rede. Hoje, mais de 50% das matrículas do ensino médio Pernambuco são do ensino integral.

“É a maior rede do país e isso só foi possível porque a educação foi prioridade dos governos. Da maneira como a educação está sendo conduzida, não atingiremos a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que é ter ao menos 25% dos alunos em tempo integral até 2024”, criticou. O país registrou 15% no ano passado. “Sem os investimentos necessários, podemos enfrentar uma redução desse percentual.”

## Avaliação negativa

Envolvido em polêmicas relacionadas aos cortes na educação, o ministro Abraham Weintraub recebeu a nota mais baixa entre os 13 ministros avaliados por parlamentares na nova rodada do Painel do Poder, pesquisa trimestral realizada pelo Congresso em Foco com o objetivo de colher as percepções de quem manda no Congresso Nacional sobre diversos temas da conjuntura.

Além de acusar universidades públicas de fazer balbúrdia, o ministro ainda associou os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff aos 39 quilos de cocaína apreendidos em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Por causa da declaração, o PT prometeu processá-lo, conforme anunciou a presidente nacional do partido, a deputada Gleisi Hoffmann (PR).

topo ↕

## CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Ministro da Educação nega rumores de mensalidade nas universidades públicas  
Weintraub convocou uma reunião nesta terça-feira (16) com reitores para  
anunciar reformulação das instituições federais, mas afirma que elas continuarão  
sendo gratuitas**

Em uma postagem no Twitter, no último domingo (14), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, rebateu os boatos que circulavam na internet e afirmavam que as universidades públicas passariam a cobrar mensalidade dos alunos. De acordo com os rumores, o anúncio seria feito em uma reunião convocada pelo Ministério da Educação (MEC) para a próxima quarta-feira (17), para a qual foram convidados reitores de instituições de todo o país. Segundo o ministro, haverá reformas nas universidades federais, mas elas continuarão sendo públicas.

“Dia 17 apresentaremos a reformulação das universidades federais, que continuarão públicas, e os estudantes não pagarão pela graduação, como hoje. Haverá mais liberdade para pesquisa e trabalho!”, escreveu Weintraub. “Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA, etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo...As que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...”, ressaltou em outro tweet. Ainda segundo o ministro, “há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia 17”.

De acordo com informações divulgadas pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, para o jornal Valor Econômico, o novo programa para as universidades federais seria chamado Future-se e teria como objetivo o "fortalecimento da autonomia financeira das universidades e dos

institutos federais". Ele não explicou, entretanto, como se dariam essas mudanças.  
Continua depois da publicidade

Reitores de universidades públicas são convocados para reunião institucional  
Representantes de diferentes instituições públicas do país foram convidados pelo secretário de Educação Superior do MEC para participar de uma reunião institucional com o objetivo de apresentar o Programa Ministerial. Segundo o convite, o evento ocorrerá na terça-feira (16), às 16h, e na quarta-feira (17), às 9h.

Em nota, a Universidade de Brasília (UnB) comunicou que “não foi oficialmente informada sobre nenhum projeto do governo para as universidades públicas federais” e que “não há mais informações” sobre o que será apresentado nas reuniões.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento Relatório deve prever reajuste para funcionários públicos em 2020**

O relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 deve ser votado no início de agosto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. O parecer do deputado Cacá Leão (PP-BA) seria examinado na última quarta-feira (10), mas a reunião foi cancelada em razão da votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

“Fizemos uma reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para que a LDO não interferisse na reforma da Previdência”, disse Leão. “Adotamos a cautela de deixar a LDO para o segundo semestre. Na primeira semana de agosto, acredito que vamos votá-la na comissão e no plenário do Congresso Nacional”, acrescentou.

Constitucionalmente, deputados e senadores devem aprovar a LDO pelo Congresso antes do recesso legislativo, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. No entanto, o recesso, que começaria dia 18 de julho, foi antecipado após a conclusão da votação do primeiro turno da reforma da Previdência sem a análise do parecer na CMO.

Com 2.996 emendas apresentadas, a maioria delas (1.918) de redação, o prazo para sugestões de alteração no texto foi encerrado no início de julho.

Continua depois da publicidade

### **Reajuste salarial**

O relatório da proposta da LDO de 2020 (PLN5/2019) deve incluir a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público em 2020. A medida contraria o governo que, na proposta original, enviada ao Congresso em abril, prevê a possibilidade de aumento apenas aos militares.

Ao apresentar o relatório preliminar, no final de junho, Cacá Leão defendeu, entre outros pontos, a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Previsto para ser extinto em 2020, o fundo divide recursos da União entre estados e municípios.

Salário Mínimo

O texto em análise prevê ainda que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. Na comparação com o valor atual do mínimo, R\$ 998, o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também siga apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

\*Com informações da Agência Senado

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Ministro da Educação reúne reitores das federais para apresentar projeto de eficiência de gestão**

**Batizado de Future-se, programa visa o fortalecimento das universidades e institutos federais, diz MEC, que só pretende divulgar detalhes publicamente na quarta-feira (17).**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, recebe na tarde desta terça-feira (16) reitores de universidades federais para apresentar uma proposta de mudança nas instituições da rede federal de ensino. Batizada de Programa Future-se, a proposta tem como objetivo aumentar a eficiência das universidades mantidas pelo governo federal, mas a ideia do Ministério da Educação (MEC) é torná-la pública apenas na manhã de quarta (17).

A reunião com reitores vai acontecer depois de uma reunião do Conselho de Governo especificamente sobre "inovações nas universidades", com a participação de membros da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC, que estão por trás da nova proposta. Na manhã desta terça (16), o ministro disse em uma rede social que apresentaria o programa aos ministros, mas não deu detalhes.

Procurada pelo G1 nesta segunda-feira (15), a assessoria de imprensa do Ministério da Educação disse não ter detalhes sobre o conteúdo da proposta, ou da pauta da reunião que acontece na tarde desta terça entre o ministro e os reitores. Reitores convidados para o encontro também disseram que não foram informados sobre o assunto da reunião.

Por enquanto, as únicas informações oficiais foram antecipadas por Weintraub em suas redes sociais ou em conversas com jornalistas.

Mas fontes ouvidas pelo G1 afirmam que uma das alternativas em estudo pelo governo é mudar a legislação para permitir que as universidades, caso tenham interesse, possam alterar sua natureza jurídica e funcionar parcial ou totalmente sob a gestão de entidades privadas, ainda que sem fins lucrativos e com função social.

Eficiência e adesão voluntária

Embora tenha evitado detalhar a proposta, desde domingo (14) o ministro afastou, em mais de uma ocasião, rumores de que a ideia envolva a cobrança de mensalidade dos estudantes ou a privatização do ensino superior federal. "Não há privatização alguma!", disse Weintraub em uma rede social na noite de domingo. "O que a gente vai fazer:

eficiência", reiterou ele durante um compromisso oficial em Florianópolis nesta segunda (15).

Ainda em Santa Catarina, Weintraub afirmou que a motivação por trás da nova política para o ensino superior é melhorar a gestão das universidades e institutos para reduzir gastos e usar essa sobra para aumentar os recursos direcionados à educação básica.

"A gente vai priorizar eficiência e a primeira infância. São os países que deram certo que fizeram isso", afirmou o ministro.

No domingo, ele também deu outra pista sobre o programa, dizendo que a adesão será voluntária por parte das instituições. "A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo...as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...", afirmou ele.

## Mudança da natureza jurídica

Fontes ouvidas pelo G1 afirmaram que a ideia de propor esse novo modelo às universidades e institutos federais deve passar pela mudança da natureza jurídica delas. A medida já havia sido estudada em gestões anteriores do MEC, mas nunca foi levada adiante.

Atualmente, a maior parte das universidades e institutos são autarquias, e algumas são fundações públicas, ou seja, entidades da administração pública indireta.

Isso quer dizer que elas dependem do orçamento público federal, mas têm autonomia para executar essa verba – no caso das instituições federais de ensino superior (Ifes), historicamente a definição e execução orçamentárias seguem uma matriz de referência, criada em parceria entre as próprias instituições e o MEC.

Caso fossem entidades da administração pública direta, as universidades não seriam responsáveis pela execução de seu orçamento, e dependeriam do MEC para definir detalhes como renovação de contratos de serviços terceirizados ou compra de papel para as impressoras de um laboratório.

Além desses dois tipos de administração, há ainda opções de gestão administrativa de caráter privado, mesmo que sem fins lucrativos e subordinadas a condições semelhantes da gestão pública, como, por exemplo, empresas públicas e organizações sociais, as chamadas OS.

## Modelos de gestão privada

Mudar a natureza jurídica das universidades federais não era uma pauta discutida concretamente durante a gestão do ministro Ricardo Vélez, no início deste ano, mas já havia sido estudada durante o governo de Michel Temer, segundo pessoas que já passaram pela pasta. Nenhuma proposta concreta, porém, chegou a sair do papel na gestão passada.

Já no governo de Dilma Rousseff, uma iniciativa de criar uma entidade sob a supervisão do MEC, mas de direito privado, acabou se concretizando em dezembro de 2011.

Empresa pública, mas com personalidade jurídica de direito privado

Trata-se da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada por lei como uma "empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio".

A EBSERH foi pensada para gerenciar os diversos hospitais existentes nas universidades federais. Os chamados "hospitais universitários" servem dois propósitos: o primeiro é apoiar na formação prática dos estudantes de medicina daquela universidade, e o segundo é oferecer atendimento na área da saúde para a população.

Atualmente, 40 dos 50 hospitais universitários já se encontram sob a gestão da EBSERH, sendo que 18 deles estão em "gestão plena", e funcionam com o CNPJ da empresa. Os recursos, porém, são públicos e vêm de duas fontes: o Sistema Único de Saúde (SUS), e o próprio MEC.

### Organização Social (OS)

Já as organizações sociais (OS) são entidades de caráter privado, mas que ganham esse status social caso cumpram uma série de requisitos, como eficácia comprovada e fins sociais. Esse modelo já foi adotado em áreas como a saúde e a cultura, mas ainda não foram disseminadas no setor educacional.

A melhoria, no caso da saúde, já foi atestada em alguns casos, como em hospitais da periferia da cidade de São Paulo que, hoje, são geridos por OS criadas por grupos hospitalares privados de excelência, que disputaram os contratos de gestão e hoje oferecem atendimento gratuito de alta qualidade.

Por outro lado, diversos casos de corrupção envolvendo contratos entre o setor público de saúde e as OS já foram revelados. Só em 2019, houve registros de superfaturamento, desvio de verbas ou pagamento de propina em mais de um hospital no Rio de Janeiro, na Paraíba, no Interior de São Paulo, em Goiás, que foram inclusive alvo da Operação Calvário, da Polícia Federal.

No caso do setor educacional, assim como na saúde, existem inúmeras entidades de caráter privado atuando na educação superior. O próprio ministro da Educação afirmou, nesta segunda-feira em Santa Catarina, que as universidades federais "atendem só 15% do público que faz universidade, os outros 80% é privado". Porém, um caráter que diferencia a rede pública de ensino superior e a privada é o fato de que a primeira não apenas dá aulas, mas funciona no "tripé" ensino, pesquisa e extensão. Um estudo publicado em 2018 analisou mais de 250 mil artigos científicos produzidos no Brasil e apontou que 95% deles foram publicados por universidades públicas.

Sem acesso aos detalhes da proposta do MEC, uma alternativa apontada por especialistas consultados pela reportagem é que ela possa seguir modelos já praticados no setor da cultura. Como não havia entidades privadas com experiência em gestão cultural, uma solução encontrada em São Paulo nos últimos anos foi a criação de entidades privadas reconhecidas como OS pelos gestores públicos de equipamentos como a Pinacoteca de São Paulo e o Museu Afro-Brasileiro.

### Crise de gestão x crise fiscal

Quando entregue às organizações sociais, a gestão das autarquias pode ter diversos

processos flexibilizados, ainda que de forma relativa:

A contratação de novos professores, por exemplo, não precisaria ser feita pelo mesmo tipo de concurso público, mas tampouco poderá ser feita sem qualquer publicidade e processo seletivo, como pode acontecer em uma empresa privada;

Os novos funcionários não seriam servidores públicos, mas contratados pela CLT, o que facilita o processo de demissão e reduz os cursos previdenciários, já que eles seriam contratados pelo regime geral da Previdência;

A compra de produtos ou a contratação de serviços públicos também não precisaria seguir todos os artigos da Lei de Licitações, mas deveria cumprir princípios como publicização do edital, isonomia no tratamento dos concorrentes, competição e escolha da melhor proposta.

Os especialistas consultados pelo G1 explicam, porém, que mudar o modelo de gestão não necessariamente tem impacto positivo na melhoria administrativa, principalmente se o problema não for gerencial, mas sim de falta de recursos financeiros.

No caso das universidades, que têm quase todo o seu orçamento comprometido pela folha de pagamento (um gasto obrigatório), há anos a verba discricionária (não obrigatória) sofre reduções.

Neste ano, um novo contingenciamento atingiu todas as universidades federais (entenda o bloqueio).

Sem espaço de manobra, as decisões gerenciais acabam limitadas ao pagamento dos gastos prioritários, uma medida que não deve mudar apenas transformando o modelo jurídico das universidades e institutos.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento**

O relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 deve ser votado apenas no início de agosto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. O parecer do deputado Cacá Leão (PP-BA) seria examinado na última quarta-feira (10), mas a reunião foi cancelada em razão da votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

“Fizemos uma reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para que a LDO não interferisse na reforma da Previdência”, disse Leão. “Adotamos a cautela de deixar a LDO para o segundo semestre. Na primeira semana de agosto, acredito que vamos votá-la na comissão e no plenário do Congresso Nacional”, acrescentou.

Constitucionalmente, deputados e senadores devem aprovar a LDO pelo Congresso antes do recesso legislativo, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. No entanto, o recesso, que começaria dia 18 de julho, foi antecipado após a conclusão da votação do primeiro turno da reforma da Previdência sem a análise do parecer na CMO.

Com 2.996 emendas apresentadas, a maioria delas (1.918) de redação, o prazo para sugestões de alteração no texto foi encerrado no início de julho.

## Reajuste salarial

O relatório da proposta da LDO de 2020 (PLN5/2019) deve incluir a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público em 2020. A medida contraria o governo que, na proposta original, enviada ao Congresso em abril, prevê a possibilidade de aumento apenas aos militares.

Ao apresentar o relatório preliminar, no final de junho, Cacá Leão defendeu, entre outros pontos, a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Previsto para ser extinto em 2020, o Fundo divide recursos da União entre estados e municípios.

## Salário Mínimo

O texto em análise prevê ainda que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. Na comparação com o valor atual do mínimo, R\$ 998, o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também siga apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

\*Com informações da Agência Senado

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Corte de recurso para creches atinge trabalhadora pobre, diz ex-secretária**

O governo Jair Bolsonaro não repassou recursos que deveriam ser destinados à educação básica no primeiro semestre deste ano, o que afeta a educação em tempo integral, programas de alfabetização, a construção de creches e o ensino técnico efetivados por estados e municípios. A informação foi obtida pelo repórter Paulo Saldaña, da Folha de S.Paulo, através da Lei de Acesso à Informação e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo.

A educadora e historiadora Maria do Pilar Lacerda, secretária nacional de Educação Básica do Ministério da Educação nos governos Lula e Dilma, entre 2007 e 2012, e secretária municipal de Educação de Belo Horizonte (2002-2007), falou ao blog. De acordo com ela, a falta de prioridade na educação infantil na construção de creches vai nos trazer um prejuízo geracional. "Quem sofre são as mães pobres trabalhadoras e os filhos dessas mães", afirma.

Enquanto em 2018, foram transferidos R\$ 399,6 milhões para 9.197 escolas visando o apoio à educação integral nos ensinos fundamental e médio, neste ano o valor, até agora, foi zero. Segundo a reportagem da Folha, até abril, foram transferidos aos municípios 13% do total repassado no mesmo período de 2018 para a continuidade da construção de unidades municipais de creches por meio do programa Proinfância.

Pilar afirma que o objetivo da educação integral é desenvolver o potencial das crianças que frequentam as escolas públicas e não simplesmente retirar da rua para impedir que

entrem no crime, como afirmam alguns. "Significa mais tempo para atividades criativas que estimulam outras capacidades. Uma aprendizagem que já é comum entre as crianças da classe média, que têm acesso a aulas de judô, balé, esportes variados, tecnologia."

E lembra a importância de alfabetizar os responsáveis pelas crianças de forma a garantir que a educação delas possa ir além. "A escolaridade dos pais impacta a dos filhos, então quanto mais estimular a delas, melhor será a dos filhos. Cada ano de escolaridade da mãe, por exemplo, significa um impacto de três anos de escolaridade a mais para o filho."

Leia a entrevista com Maria do Pilar Lacerda:

Qual o pior impacto na redução dos recursos repassados pelo governo federal à Educação?

A educação infantil é a que mais me preocupa. Você tem 30% das crianças de zero a três anos matriculadas em creches. Tínhamos que chegar a, pelo menos, 50% para atingir a meta do Plano Nacional de Educação em 2024. Com a paralisação nos repasses e essa falta de priorização da educação infantil, principalmente na construção de unidades, quem sofre são as mães pobres trabalhadoras e os filhos dessas mães. É um prejuízo geracional ao país.

Qual o prejuízo para a educação integral?

O objetivo da educação integral em escolas públicas não é evitar que crianças fiquem na rua e se tornem criminosas, como pensam alguns. Significa mais tempo para atividades criativas que estimulam outras capacidades das crianças e jovens. Uma aprendizagem que já é uma coisa comum entre as crianças da classe média, que têm acesso a aulas de judô, balé, esportes variados, tecnologia. A educação integral deve caminhar para ampliar as oportunidades para eles. Além disso, quando se reduzem aulas de reforço de matemática e português, também se cria uma limitação às múltiplas aprendizagens que elas teriam.

A meta é a universalização da educação integral no Brasil?

Por enquanto, não. Há crianças que não conseguem ficar o dia inteiro na escola porque fazem trabalhos domésticos, que ficam em casa para cuidar dos irmãos porque não há creche para as mães e pais que trabalham. O Plano Nacional fala em garantir para que a rede seja ampliada até atingir 50% das escolas. Mas quando você não o prioriza, quando diminui recursos, cortam-se as oportunidades que seriam abertas a crianças mais pobres.

A redução de recursos também atingiu investimentos na educação de jovens e adultos?

Os cortes no financiamento interrompem uma trajetória do Brasil que tentava pagar a nossa dívida histórica, corrigir o fato de estarmos sempre atrasados em relação a outros países da América Latina. Enquanto a Argentina e o Uruguai fizeram a priorização no final do século 19, começo do século 20, nós começamos a correr atrás no final do século 20. Desde a redemocratização existia uma preocupação real para garantir a alfabetização daqueles que nunca foram para a escola e daqueles que começaram e pararam por conta do trabalho. A escolaridade das mães impacta a dos filhos, então

quanto mais estimular a delas, melhor será a dos filhos. Cada ano de escolaridade da mãe, por exemplo, significa um impacto de três anos de escolaridade a mais para o filho. Então é muito estratégico investir na Educação de Jovens e Adultos. Vale lembrar que a educação básica vai da educação infantil até o final do ensino médio e, portanto, envolve também Educação de Jovens e Adultos.

O governo havia dito que sua prioridade seria a Educação Básica em comparação com o Ensino Superior. Essa separação é possível?

Cortar o ensino superior é impactar o futuro dos professores, que precisam de formação melhor, carreira melhor, salário melhor. É uma balela dizer que tem muito dinheiro na educação no Brasil. Se você olhar o gasto per capita de outros países europeus da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o "clube" dos países mais ricos], a diferença conosco é horrorosa. Gastamos pouco, gastamos mal. E quando há um corte desses, o impacto é uma cachoeira.

E como tudo isso afeta a produtividade?

Há duas formas de tratar da produtividade. Com menos recurso para a educação básica, pessoas vão entrar com formação precária no mercado de trabalho. Os setores produtivos do Brasil reclamam muito da qualidade da mão de obra, mas sem investimento, isso não vai mudar. A outra produtividade é a dos próprios alunos em sala de aula. Temos visto reportagens de crianças que, quando entram de férias, começam a passar fome porque não têm acesso à merenda escolar. Isso é o que acontecia lá nos anos 80, quando comecei a lecionar, com crianças que chagavam pálidas e fracas na segunda-feira porque não tinham o que comer. O pouco tempo na escola somado à piora na situação econômica das famílias trazida pela crise resultam em crianças que vão aprender menos e pior.

topo 

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **LDO será votada em agosto na Comissão Mista de Orçamento**

O relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 deve ser votado apenas no início de agosto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. O parecer do deputado Cacá Leão (PP-BA) seria examinado na última quarta-feira (10), mas a reunião foi cancelada em razão da votação da reforma da Previdência no plenário da Câmara.

"Fizemos uma reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para que a LDO não interferisse na reforma da Previdência", disse Leão. "Adotamos a cautela de deixar a LDO para o segundo semestre. Na primeira semana de agosto, acredito que vamos votá-la na comissão e no plenário do Congresso Nacional", acrescentou.

Constitucionalmente, deputados e senadores devem aprovar a LDO pelo Congresso antes do recesso legislativo, em sessão conjunta da Câmara e do Senado. No entanto, o recesso, que começaria dia 18 de julho, foi antecipado após a conclusão da votação do primeiro turno da reforma da Previdência sem a análise do parecer na CMO.

Com 2.996 emendas apresentadas, a maioria delas (1.918) de redação, o prazo para

sugestões de alteração no texto foi encerrado no início de julho.

## Reajuste salarial

O relatório da proposta da LDO de 2020 (PLN5/2019) deve incluir a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para o funcionalismo público em 2020. A medida contraria o governo que, na proposta original, enviada ao Congresso em abril, prevê a possibilidade de aumento apenas aos militares.

Ao apresentar o relatório preliminar, no final de junho, Cacá Leão defendeu, entre outros pontos, a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Previsto para ser extinto em 2020, o Fundo divide recursos da União entre estados e municípios.

## Salário Mínimo

O texto em análise prevê ainda que o salário mínimo seja reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho acima da inflação. Na comparação com o valor atual do mínimo, R\$ 998, o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também siga apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

\*Com informações da Agência Senado

## ABRASCO - NOTÍCIAS

### 'Pesquisa e Desenvolvimento - Destruição e Ameaças' por Reinaldo Guimarães

Pesquisador do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e vice-presidente da Abrasco, Reinaldo Guimarães se debruça no tema da pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação produtiva no texto Pesquisa e Desenvolvimento: Destruição e Ameaças. Para Guimarães o grau da destruição dependerá, naturalmente, do tempo de vigência dessa política e, também, da recuperação da economia do país. O pesquisador fala ainda do impacto da emenda constitucional 95 (anteriormente denominada PEC 241) e de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social com metas de curto, médio e longo prazo: – “Nesse projeto, um lugar especial deve ser ocupado por uma visão estratégica sobre a P&D” diz Reinaldo. Confira:

#### 1. O apoio federal à P&D e as oscilações da economia brasileira.

Os marcos inaugurais da atual longa conjuntura da política pública de P&D[i] no Brasil foram as fundações do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do CNPq e da CAPES, entre 1949 e 1951 e da Financiadora de Estudos e Projetos/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP), cerca de duas décadas depois. Nesses 70 anos a política federal de P&D enfrentou inúmeras crises orçamentário-financeiras, sempre refletindo oscilações da economia do país e tendo como âncoras de sustentação mais ou menos explícitas e mais ou menos intensas uma perspectiva desenvolvimentista e o interesse dos militares nesse campo.

Durante a primeira década dessa longa conjuntura, a instituição que liderou o processo foi o CNPq. Nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970 emergiram como atores fundamentais duas instituições e as políticas e programas a elas vinculados. O primeiro deles foi a FINEP na condição de secretaria-executiva do FNDCT, que rapidamente veio a ocupar o papel de ferramenta central no apoio à P&D no país. O segundo ator foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, a partir de 1965, instituiu e liderou o mais bem-sucedido componente de política educacional do Brasil – a pós-graduação no modelo norte-americano – que vem fornecendo a quase totalidade da nossa mão-de-obra qualificada para as atividades de P&D nas universidades, institutos de pesquisa e empresas. Foi também no início da década de 1960 que tornou-se operacional a principal agência estadual de apoio à pesquisa – a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). Mais tarde, outras unidades da federação criaram também agências estaduais espelhadas na atuação da FAPESP, muito embora bem mais frágeis do ponto de vista institucional e orçamentário.

A instabilidade do apoio financeiro ao longo desse período, particularmente a partir da década de 1970 quando passaram a existir números mais confiáveis, é evidenciada por várias e importantes oscilações que refletiam as instabilidades econômicas e políticas mais gerais. Utilizando como proxy do apoio federal à P&D os desembolsos do FNDCT, a Figura 1 procura associar aquelas oscilações a esses processos mais gerais[ii].

Figura 1

[i] Neste texto, o termo P&D é utilizado sem maiores preocupações metodológicas. Sempre que aparecer, refere-se à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação produtiva.

[ii] Longo, WP e Derenusson, MS – FNDCT, 40 Anos. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro (RJ), 8 (2), p.515-533, julho/dezembro 2009

O primeiro período ascensional do FNDCT corresponde aos primeiros anos após a sua criação e foram liderados por José Pelúcio Ferreira à sombra do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento e do correspondente Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, durante o período Geisel dos governos militares. Entre 1981 e 1984, inverte-se a orientação da curva, com a eclosão da 2ª crise do petróleo e o default brasileiro em relação à sua dívida externa. Com a Nova República e a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985, observa-se em 1986 e 1987, uma pequena ascensão dos desembolsos, logo frustrada pelo último período do governo Sarney (quando nasceu o “Centrão”), seguido pelos governos Collor e o primeiro mandato de FHC, ambos de corte amplamente liberalizante no plano econômico – o primeiro com a marca de uma abertura comercial tão radical quanto desastrada e o segundo dando seguimento a ela, agora sob uma proposta ideológica bem mais ampla, de corte neoliberal e traduzida numa autodenominada “Reforma do Estado”. Vale notar que o curto e provisório governo Itamar Franco (1993-1994) não deixou marcas visíveis nos desembolsos do FNDCT. Entretanto, por influência do seu poderoso ministro da

educação Murílio Hingel e da presidente da **CAPES**, Maria Andrea Loyola, essa agência cresceu de importância no período. Durante o segundo mandato de FHC, começa uma importante oscilação positiva nos desembolsos derivada da criação, pelo MCT, dos fundos setoriais, que mobilizaram novas fontes de financiamento à P&D vinculadas à performance da atividade produtiva nacional expressa na contribuição financeira de vários setores industriais. Essa tendência de alta é amplificada nos governos nos dois mandatos de Lula, acompanhando uma conjuntura econômica favorável e a expansão da arrecadação dos fundos setoriais, em grande parte dela decorrente. No primeiro governo de Dilma Rousseff, com a mudança da conjuntura econômica, a curva de crescimento arrefece e do seu segundo mandato em diante entramos na atual conjuntura declinante de apoio financeiro federal à P&D, que veremos a seguir em maior detalhe.

Recentemente, o MCTIC atualizou suas informações sobre execução orçamentário-financeira entre 2000 e 2016 (em alguns casos até 2018). Nos números nelas contidas, bem como em outros obtidos de outras fontes, há uma consistente identidade de tendências entre as performances das principais agências federais nesse período. Dados para o MCTIC, o FNDCT/Finep, CNPq e **Capex** estão sumarizados na Figura 2. Nesta, a curva referente ao CNPq apresenta uma tendência distinta das demais, em particular até 2007. O CNPq passa a acompanhar a tendência geral apenas com o lançamento do programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) em 2008-2009, por ele gerenciados.

topo 

## **CLICKPB - TEMPO REAL**

### **MPF pede na Justiça suspensão de edital de seleção para o Programa de Professor Visitante no Exterior**

#### **Até que o órgão faça as devidas ratificações no documento.**

O Ministério Público Federal (MPF) em João Pessoa, ajuizou ação civil pública nesta segunda-feira (15), com pedido liminar, contra a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, fundação ligada ao Ministério da Educação. O MPF requer a retificação do Edital 01/2019, alegando que não há fundamento legal para impor sigilo da identidade dos avaliadores do concurso. Na ação civil pública, o órgão pede ao Poder Judiciário a suspensão do certame atualmente em curso até que as providências citadas sejam adotadas.

O pedido requer que os critérios e etapas da seleção sejam descritos de forma clara no edital e que haja esclarecimentos enquanto a titularidade e experiência dos candidatos.

Na ação civil pública, o MPF em João Pessoa pede ao Poder Judiciário a suspensão do certame atualmente em curso até que as providências citadas sejam adotadas. O início dos estudos no exterior, para os aprovados, está previsto para ocorrer, segundo o edital, de setembro a dezembro deste ano. O Ministério Público Federal requer também que as medidas solicitadas sejam adotadas nos próximos editais de seleção do Programa de Professor Visitante no Exterior.

Para o Ministério Público, é preciso que a organização do certame se abstenha de indeferir eventuais solicitações dos candidatos de acesso à identidade dos consultores. A investigação no Ministério Público teve início em razão de denúncia de candidato que afirmava só ter conseguido obter informações sobre o último processo seletivo após recorrer à Controladoria-Geral da União com base na Lei de Acesso à Informação.

O MPF requer que os critérios e etapas da seleção sejam descritos de forma clara no edital, a fim de evitar dúvidas nos candidatos e questionamentos que ponham em xeque a lisura do processo seletivo. E requer também que o Judiciário determine a retificação do edital para que dele conste em qual etapa da seleção e de que modo se dará a prioridade concedida aos candidatos com perfil acadêmico equivalente e/ou superior ao de pesquisador nível 1D ou superior para Professor Visitante Sênior, na classificação de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O MPF quer ainda que conste em que consistem as etapas da seleção Análise Técnica e Análise de Mérito, bem como a escala de notas que será utilizada pelo Comitê Científico na Etapa de Priorização para cada um dos critérios avaliativos (antes da atribuição dos respectivos pesos) e, ainda, que indique eventual nota de corte a ser observada.

O MPF quer também ampla publicidade aos procedimentos relativos ao concurso, passando a divulgar as notas dos candidatos aprovados quando da publicação do resultado final. A ação contempla ainda pedido para que a **Capes** remeta ao juízo os pareceres finais dos candidatos aprovados na seleção regida pelo Edital **Capes** 45/2017, com as respectivas notas, ante negativa da fundação requerida de entregá-los ao Ministério Público Federal nos autos do procedimento extrajudicial que instrui a ação.

O MPF quer ainda fixação de multa diária pelo eventual descumprimento das determinações, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e da execução judicial das obrigações não cumpridas.

topo ↕

## **FUNDACRED - TEMPO REAL**

### **Capex permitirá pós-graduação a distância**

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** está com edital aberto para instituições interessadas em oferecer cursos de mestrado a distância. A medida é bem recebida por especialistas, mas eles pedem uma avaliação rígida para que seja mantida a qualidade do modelo presencial.

Pela primeira vez o Brasil terá cursos de pós-graduação stricto sensu a distância. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está com um edital aberto até o dia 9 de agosto para instituições interessadas em oferecer programas nessa modalidade, inicialmente para mestrado. A portaria sobre o tema foi publicada em 29 de abril.

A medida é vista com bons olhos por especialistas na área, mas eles ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar uma discrepância entre os modelos presencial e a distância.

De acordo com os critérios avaliativos da **Capex**, para abrir um mestrado stricto sensu a distância, a instituição de ensino já deve ter um programa presencial na mesma área, cuja nota na última avaliação do órgão seja, no mínimo, 4. Além disso, a instituição também deve ser credenciada pelo MEC e ter nota mínima 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pela pasta.

Coordenador do grupo de trabalho do Conselho Técnico-científico da **Capes** que formulou os critérios de avaliação para autorizar os cursos de pós na nova modalidade,

Robert Verhine, que é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), diz ainda que cada área terá requisitos específicos.

-Cada área tem exigências específicas. Medicina tem critérios que são diferentes dos de outras áreas. É por isso que considero que o número de programas aprovados, no início, será bem pequeno. É provável que algumas áreas não consigam ter nenhum programa aprovado nesse primeiro edital – explica Verhine, que é especialista em avaliação do ensino superior.

A **Capes** não informou quantas instituições de ensino já ofereceram propostas desde que as inscrições começaram, no dia 1º de julho. Em resposta à reportagem, o órgão explicou que a decisão de abrir a modalidade foi motivada pelo fato de já existirem inúmeras atividades nesse formato em aulas de pós-graduação. A **Capes** cita como exemplo programas considerados semi-presenciais e utilizados na formação de professores, como o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). A **Capes** diz ainda que a iniciativa pretende interiorizar os cursos de pós no país.

– Nos Estados Unidos, há PhD e doutorado feito a distância. Na Espanha e na China também há essa iniciativa. Temos que garantir que esses programas terão o mesmo rigor dos presenciais em termos de conteúdo e produção acadêmica. Não temos experiência com educação a distância em nível de pós. A pós exige uma relação muito estreita entre orientador e orientando, teremos que garantir que o aluno vai receber orientação adequada- opina Verhine.

#### Interiorização dos Cursos

Especialista no tema, Betina Von Staa coordena o Censo de Educação a Distância da Abed (Associação Brasileira de Ensino a Distância). Ela afirma que a justificativa da **Capes** sobre a interiorização da pós faz sentido. Mas salienta não ser suficiente levar esses programas ao interior sem garantir a qualidade.

– O Brasil tem dimensões continentais, e só pode fazer mestrado e doutorado quem vai para um grande centro e com bolsa de estudos. A pós-graduação a distância vai atingir muito mais pessoas. No entanto, é preciso verificar se a instituição está mantendo o nível de exigência. Aluno de mestrado e doutorado tem que publicar. Tem que valer o mesmo critério de qualidade de um curso presencial.

Segundo o último Censo da Educação Superior, de todas as matrículas da graduação do país, 21,2% estão na EAD e a maior parte delas nas instituições particulares. A tendência pode se repetir na pós. Assim, a medida acaba sendo mais um aceno da política educacional do governo ao setor privado.

Menina dos olhos das particulares, a EAD é vista como uma opção econômica para tentar compensar o vácuo deixado pela desidratação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Atualmente, o valor médio pago por um aluno de Engenharia de Produção no ensino presencial é de R\$ 960. Na EAD, esse valor é menos que a metade: R\$357. A tendência

é que para cursos de pós-graduação a diferença de preços seja semelhante. Nesse sentido, em tempos de crise, a busca de estudantes por esse modelo pode crescer.

– No nosso seminário mensal sobre pós-graduação a distância tivemos mais de 100 instituições de ensino presentes e outras 200 acompanhando pela internet. Há um interesse crescente das universidades privadas no tema. Isso permitiria, por exemplo, programas que melhorem a formação do professor – contou Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), cujo congresso, em junho, contou com a presença do ministro Abraham Weintraub.

Um dos gigantes do setor, o grupo “Ser educacional”, presente em todos os estados da federação, submeterá à **Capes** o pedido para credenciar programas em três instituições: a Universidade do Amazonas, a Universus Veritas Guarulhos (UNG) e o Centro Universitário Maurício de Nassau, de Recife.

– De fato, a EAD acaba sendo uma alternativa mais flexível, em termos de horário e deslocamento, permitindo que se possa conciliar mais facilmente estudo e trabalho. Também é mais viável, a dependência de financiamento diminuiu-defendeu Francislene Hasmann, diretora-adjunta de regulação do grupo.

“A pós exige uma relação muito estreita entre orientador e orientando, teremos que garantir que o aluno vai receber orientação adequada” \_ Robert Verhine, coordenador de Educação na **Capes**

“O Brasil tem dimensões continentais e só pode fazer pós quem vai para um grande centro e com bolsa”

\_ Betina Von Staa, do Censo de Educação à Distância da Abed

“Há interesse crescente das universidades privadas no tema. Isso permitiria programas que melhorem a formação do professor” \_ Celso Niskier, presidente da Abmes

[topo](#)

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Ministro da Educação nega plano de cobrar mensalidade nas universidades federais**

**Abraham Weintraub afirmou, em evento em Florianópolis (SC), que vai apresentar na quarta (17) medidas de ‘eficiência’ para as universidades.**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta segunda-feira (15) que o governo de Jair Bolsonaro pretende cobrar mensalidades de estudantes das universidades federais. “O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro não vai cobrar, nunca saiu daqui, isso é fake news, não vai cobrar, do estudante de graduação das unidades federais, mensalidade alguma”, afirmou ele durante agenda oficial em Florianópolis (SC).

Na noite de domingo (14), Weintraub usou seu perfil em uma rede social para afastar rumores de que pretende privatizar a rede federal de ensino superior. “Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...”, escreveu ele.

Abraham Weintraub



@AbrahamWeint

Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA, etc. A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo...as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...

16.4K

8:34 PM - Jul 14, 2019

Twitter Ads info and privacy

3,490 people are talking about this

Nesta segunda, o ministro atribuiu os rumores a pessoas da “oposição”.

“O governo do presidente Jair Bolsonaro não pretende cobrar. O que a gente vai fazer: eficiência”, disse Weintraub, citando o fato de que, mais de dois meses depois do contingenciamento aplicado pelo MEC nas universidades federais, as instituições continuam funcionando. “Passado 70 dias não tem uma universidade federal fechada. Não tem uma universidade sem luz. Não tem um refeitório, estudantes sem alimentação no bandeirão. O que foi feito? Foi feito gestão”, disse ele.

Algumas universidades, porém, afirmam que, após o contingenciamento, não conseguem pagar contas e tiveram que reduzir as áreas dos campi que terão serviço de limpeza. Na Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a nova reitora, Denise Pires de Carvalho, afirmou que a universidade não paga a conta de luz desde janeiro. Já a Federal da Bahia (UFBA) disse que precisou reduzir o horário de funcionamento durante o recesso do semestre letivo.

Educação superior x educação básica

Em Santa Catarina, Weintraub diz que a redução de verbas para o ensino superior é uma aposta do MEC para aumentar o orçamento para a educação básica. “A gente vai priorizar eficiência e a primeira infância. São os países que deram certo que fizeram isso”.

A ideia existe desde a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, que usou dados do Orçamento Cidadão para mostrar que o Brasil gasta mais com ensino superior do que com a educação básica, e defendeu “inverter essa pirâmide”.

O documento, porém, só leva em conta informações preliminares relacionadas ao governo federal que, de fato, gasta em média dois terços de sua verba educacional com o ensino superior. Porém, o motivo disso é uma determinação da Constituição Federal, que diz que o ensino básico deve ser prioridade dos estados e municípios. Um levantamento feito pelo G1 com os gastos globais em educação mostra que, em média, a cada R\$ 1 gasto no Brasil em educação, apenas R\$ 0,18 é destinado ao ensino superior, e o resto fica na educação básica.

topo ↕

**GAZETA DE VOTORANTIM - TEMPO REAL**

## **Campus Sorocaba da UFSCar oferece bolsa de pós-doutorado na área de Ciência dos Materiais**

### **Inscrições podem ser feitas até o dia 26 de julho**

O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais (PPGCM-So) do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo de seleção de candidatos a uma bolsa de pós-doutorado oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O edital é voltado a pessoas com título de doutor em Ciência dos Materiais ou áreas afins. A bolsa tem duração de até 24 meses, com valor mensal de R\$ 4,1 mil. A seleção dos candidatos será composta por avaliação do currículo Lattes documentado e do plano de trabalho, além de arguição com os candidatos.

As inscrições serão efetuadas mediante envio da documentação listada no edital, disponível no site do Programa ([www.ppgcm.ufscar.br](http://www.ppgcm.ufscar.br)), até o dia 26 de julho, exclusivamente por via postal. As instruções para inscrição e as demais informações sobre a seleção devem ser conferidas no edital. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail [ppgcm@ufscar.br](mailto:ppgcm@ufscar.br).

topo ↕

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Coppe está preparada para atender demandas da indústria, diz novo diretor Romildo Dias Toledo, que assume oficialmente a direção da Coppe em 2 de agosto, aponta cortes orçamentários e desindustrialização como os grandes desafios de sua gestão**

Maior centro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) perdeu 40% de seu orçamento nos últimos três anos.

Mas essa não é a maior preocupação de seu novo diretor, Romildo Dias Toledo Filho. O processo de desindustrialização que o Brasil tem vivenciado nas últimas décadas também é uma ameaça porque fecha as portas de saída para os 500 a 600 mestres e doutores que o instituto forma anualmente. “Em alguns lugares do mundo, os mestres e doutores terminam seus cursos e vão trabalhar nas indústrias. Aqui a maioria fica na academia”, disse Toledo em entrevista ao Jornal da Ciência, a primeira que concede desde que foi eleito para substituir o atual diretor, o professor Edson Watanabe.

Professor titular da UFRJ, Romildo Toledo entrou para a Coppe em 1999 e ocupava até agora a vice-diretoria da instituição. Coordenador do Núcleo de Materiais e Tecnologias Sustentáveis (Numats) e do Laboratório de Estruturas e Materiais (Labest), ele também é coordenador executivo do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, uma parceria entre a Coppe e a Universidade de Tsinghua, em Pequim, na China.

Toledo foi eleito com 878 votos da comunidade acadêmica para o comando da instituição no período 2019-2023, junto com a professora Suzana Kahn Ribeiro, que será a vice-diretora. Ambos tomarão posse em 2 de agosto para liderar uma estrutura de ensino considerada referência internacional. Mestre em planejamento energético e doutora em engenharia de produção, Suzana Kahn Ribeiro tem como linha de pesquisa o planejamento e a organização do sistema de transporte, com foco em mobilidade

sustentável, energia renovável, mudança climática e cidades e meio ambiente.

Fundada em 1963, pelo engenheiro Alberto Luiz Coimbra, a Coppe formou mais de 16 mil mestres e doutores nestes 56 anos. A instituição faz parte de um ecossistema que conta com 131 laboratórios e duas incubadoras de empresas, acoplados ao Parque Tecnológico da UFRJ. São 346 professores, 2.500 alunos de mestrado e doutorado, cerca de 700 técnicos-administrativos. Atualmente seus 13 programas de pós-graduação em engenharia incluem áreas novas como a nanotecnologia da saúde, química-verde, óleo e gás, energia, planejamento energético. E 70% dos cursos são avaliados com conceitos de excelência internacional (6 e 7) atribuídos pela **Capes**.

A Coppe é um dos poucos centros de pesquisa brasileiros onde a infraestrutura recepciona projetos industriais públicos e privados. Tem firmados aproximadamente 1.200 convênios e contratos com grandes empresas, somando R\$ 380 milhões ao orçamento anual da instituição, sendo a grande maioria (60%) proveniente do setor de petróleo e energia. Isso significa que os maiores clientes são estatais – Petrobrás, Furnas – mas também há grandes multinacionais brasileiras e estrangeiras (AmBev, L'oreal, General Electric, British Petroleum). As empresas pagam pela montagem de laboratórios, compra de equipamentos, pesquisadores e bolsistas. Startups, pequenas e médias empresas de alunos, ex-alunos e pesquisadores convivem com as grandes no mesmo ecossistema. “Nós ajudamos as empresas a desenvolver soluções para inovação industrial”, comentou Toledo.

“A Coppe tem hoje uma infraestrutura moderna, capaz de atender aos desafios do setor industrial brasileiro”, disse Toledo. “Mas tudo isso requer um custeio, então quando tem um corte de 40%, cria dificuldade”. O corte a que Toledo se refere foi o que atingiu este ano o orçamento da UFRJ, instituição responsável por todo o custeio da Coppe.

Para Toledo, o papel da Coppe é “continuar formando recursos humanos para atender as grandes demandas da sociedade”, e também manter funcionando um ecossistema de inovação e empreendedorismo exemplar. Em um momento no qual as instituições públicas de ensino e pesquisa passam por pressões vindas de Brasília e questionamentos vindos da sociedade, ele acredita que tem muito a mostrar na defesa da instituição, citando como exemplo tecnologias de ponta desenvolvidas em seus laboratórios, como o ônibus a hidrogênio (H2+2), o trem de levitação magnética (Maglev-Cobra).

“Temos que ser um polo vivo de demonstração, não só na formação de RH, que é importante porque nenhum país consegue evoluir sem capital humano”, afirmou. “Mas, além disso, a ciência de alto nível não pode ser desacoplada da industrialização. Esse é o caminho, é um desafio da universidade pública que acho que a Coppe encarna muito bem, temos que ter isso articulado com o mundo externo e interno”.

Janes Rocha – Jornal da Ciência

topo ↕

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

**Formigas que defendem plantas recebem açúcar e proteína**

**Agressividade de formigas em ambientes áridos e com pouca disponibilidade de alimentos ajuda plantas a afugentar artrópodes herbívoros**

Os biólogos Laura Carolina Leal e Felipe Passos realizaram uma série de experimentos no sertão da Bahia, uma região de vegetação de caatinga, para verificar a interação das

plantas que possuem nectários extraflorais e formigas.

Nectários extraflorais são fontes de açúcar (carboidrato) que as plantas fornecem às formigas em troca do serviço de defesa da planta contra herbívoros. São glândulas de néctar não relacionadas com o processo de polinização da planta e visitadas frequentemente por várias espécies de formigas.

“Diferentemente do que se pensava, descobrimos que o carboidrato é apenas uma das formas de pagamento oferecido pelas plantas em troca do serviço de defesa proporcionado pelas formigas. Outra forma de pagamento são as proteínas que as formigas podem obter ao consumir os artrópodes herbívoros que se encontram disponíveis nas plantas que as formigas visitam”, disse Leal, professora do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

“Esta constatação vai contra a ideia de que o pagamento é só açúcar. Mostra que aquilo que a formiga ganha do herbívoro também importa. Em um ambiente onde alimentos ricos em proteína são mais escassos, com menos artrópodes, verificamos que as formigas podem ser mais agressivas, defendendo sua fonte de alimento e, por consequência, as plantas”, disse à Agência Fapesp.

Resultados do estudo foram publicados no *Biological Journal of the Linnean Society*. O trabalho teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O foco dos estudos de Leal e Passos gira em torno da investigação das diversas formas de mutualismo que ocorrem na interação entre insetos e plantas. “Mutualismo é a interação entre duas espécies com benefícios dos dois lados. Se não for vantajoso para ambas as espécies, mas só para uma delas, então é parasitismo”, disse.

“Diversos estudos mostraram que formigas nectarívoras expulsam herbívoros e aumentam o sucesso reprodutivo de plantas com nectários extraflorais. Quanto mais importante o néctar extrafloral para as formigas, melhor deve ser para as plantas, uma vez que isso aumentaria a agressividade das formigas ao interagir com herbívoros. Decidimos investigar se o néctar seria mesmo o único pagamento que as plantas fornecem às formigas, uma vez que consumir o próprio herbívoro também pode ser uma vantagem para as formigas”, disse Leal.

Leal e Passos verificaram a hipótese de que a frequência de forrageio por espécies de formigas mais agressivas e a eficiência de defesa de plantas por formigas seriam maiores quando a disponibilidade de carboidratos ou de proteínas para formigas fosse baixa. Isso aumentaria o valor relativo tanto do néctar extrafloral como dos herbívoros para as formigas.

O estudo foi realizado no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia. A região tem clima semiárido, com temperatura média anual de 25,2 °C e precipitação média anual de 848 milímetros. A vegetação da caatinga é caracterizada por um mosaico de arbustos espinhosos e florestas sazonalmente secas.

Em Feira de Santana, no início de 2017, os pesquisadores estabeleceram para fins do estudo 19 parcelas de terreno de 16 metros quadrados cada uma, distantes entre elas ao menos 30 metros. As parcelas continham a planta rasteira *Turnera subulata*, popularmente conhecida como boa-noite, chanana ou flor-do-guarujá. A densidade de *T. subulata* variou de cinco a 218 exemplares por parcela de estudo.

“Nas áreas estudadas, *T. subulata* era a principal espécie de planta e a única que continha nectários extraflorais”, disse Leal. Esta planta apresenta um par de nectários extraflorais inseridos no pecíolo e na base das inflorescências. Esses nectários são constantemente visitados por diferentes espécies de formigas que podem defender a planta contra herbívoros.

“A importância relativa de qualquer recurso para animais pode ser influenciada pela abundância desse recurso no hábitat, mas também pelo número de indivíduos que compartilham esse recurso. Portanto, nosso primeiro passo foi quantificar os ninhos de formigas que buscavam alimento em nossas parcelas”, disse.

Para isso, os pesquisadores colocaram cinco iscas mistas de carboidratos e proteínas (sardinha e mel) no solo em cada parcela. Uma isca foi colocada no centro de cada parcela e as outras quatro iscas posicionadas nos vértices, a 3 metros do centro. As iscas permaneceram ativas entre as 7 e as 11 horas (pico de atividade das formigas no local de estudo).

“Esperamos até que as formigas localizassem as iscas e as seguimos de volta a seus ninhos, mesmo quando os ninhos estavam localizados fora de nossas parcelas de estudo”, disse Leal.

Depois de quantificar os formigueiros, os pesquisadores estimaram a abundância local de recursos de proteína e carboidratos para formigas em cada uma das parcelas de estudo. Dado que *T. subulata* é uma herbácea que ocorre em hábitat aberto, é atendida principalmente por formigas que procuram alimento no solo.

“Registramos 312 ocorrências de 13 espécies de formigas nas plantas do estudo, com a maioria das plantas sendo procuradas por duas ou mais espécies simultaneamente”, disse Leal.

Entre as espécies de formigas, *Camponotus blandus* foi a mais frequente (42% das ocorrências), seguida de *Dorymyrmex piramicus* (25,6% das ocorrências). Para essas formigas, os artrópodes mortos do solo são a principal fonte de proteína.

Os pesquisadores utilizaram a biomassa de artrópodes em cada parcela de estudo como aproximação para determinar a disponibilidade de proteína para formigas que frequentam os nectários extraflorais naquelas plantas em cada parcela. Para isso, instalaram cinco armadilhas de queda em cada local de estudo: uma no centro e quatro nos vértices de cada local de estudo.

“As armadilhas de queda permaneceram ativas por 24 horas. Filtramos o conteúdo de cada armadilha e secamos no forno (a 60 °C) por 24 horas. Quanto menor a biomassa seca média dos artrópodes coletados em cada local de estudo, menor a disponibilidade local de proteína para formigas”, disse Leal.

Menos proteínas, mais agressividade

Para avaliar se a disponibilidade de carboidratos e de proteínas no hábitat afeta a eficiência da defesa de formigas, os pesquisadores observaram o comportamento das formigas que frequentam os nectários extraflorais em relação a um herbívoro simulado.

“Simulamos a presença de um herbívoro na planta usando larvas do besouro-do-amendoim (*Ulomoides dermestoides*), que leva este nome por ser um predador comum de sementes de amendoim. Colocamos uma larva no ramo mais apical de cada planta focal, na folha que ofereceu a melhor plataforma horizontal para o inseto. Esperamos até a larva ser localizada pelas formigas”, disse Leal.

Em cinco plantas de cada parcela, os biólogos registraram a identidade das formigas presentes e sua eficiência na remoção de herbívoros simulados da planta.

“Quando a larva foi localizada, observamos o comportamento das formigas em direção à larva. Observamos se a larva foi removida da planta, se as formigas pegaram a larva e a levaram para o solo, se a larva foi lançada da planta pelas formigas ou se a larva foi consumida no local onde foi encontrada”, disse Leal.

Segundo a pesquisadora, a probabilidade de interação da planta com espécies de formigas mais agressivas não foi influenciada pelo número de nectários extraflorais ativos ou pela biomassa de artrópodes nas parcelas.

“No entanto, os herbívoros simulados foram removidos com maior frequência em parcelas com menor biomassa de artrópodes. Isso sugere que as formigas, independentemente da espécie, tornam-se mais agressivas em relação a outros artrópodes em locais pobres em proteínas. Consequentemente, esse aumento da agressividade potencialmente aumenta a eficiência com que as plantas portadoras de nectários extraflorais são defendidas contra herbívoros”, disse.

Ao contrário dos carboidratos, os recursos proteicos não são renováveis e são distribuídos aleatoriamente no ambiente. Insetos mortos, por exemplo, não têm padrão previsível de distribuição, sendo encontrados em locais onde os insetos morreram. Uma vez consumidos, esses insetos mortos não podem ser acessados por outras espécies de formigas na comunidade.

“Isso nos leva a propor que as plantas portadoras de nectários extraflorais seriam mais eficientemente defendidas em habitats pobres em proteínas, independentemente de quanto as plantas investem na interação via secreção de néctar”, disse Leal.

Nesse cenário, até mesmo as plantas que secretam néctar extrafloral de baixa qualidade podem ser defendidas de maneira eficaz contra herbívoros pelas formigas, porque o comportamento das formigas em direção aos herbívoros será impulsionado pela demanda de proteína, e não de carboidratos.

O artigo *Protein matters: ants remove herbivores more frequently from extrafloral nectary-bearing plants when habitats are protein poor* (doi: <https://doi.org/10.1093/biolinnean/blz033>), de Felipe C. S. Passos e Laura C. Leal, está

publicado em <https://academic.oup.com/biolinnean/advance-article-abstract/doi/10.1093/biolinnean/blz033/5475306>.

Agência Fapesp

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

**Capes permitirá pela primeira vez cursos de pós-graduação a distância  
Medida é vista com bons olhos por especialistas, que ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar discrepância com relação ao modelo presencial**

Pela primeira vez o Brasil terá cursos de pós-graduação stricto sensu a distância . A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está com um edital aberto até o dia 9 de agosto para instituições interessadas em oferecer programas nessa modalidade, inicialmente para mestrado. A portaria sobre o tema foi publicada em 29 de abril.

A medida é vista com bons olhos por especialistas na área, mas eles ponderam que os mecanismos de avaliação devem ser rígidos para evitar uma discrepância entre os modelos presencial e a distância .

Veja o texto na íntegra: O Globo

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

**Meeting Brazil-France renova parceria entre os dois países  
Evento no Impa, que começa hoje e vai até o dia 19, reunirá pesquisadores como Artur Avila e Étienne Ghys**

Integrantes do grupo de 11 países mais desenvolvidos em pesquisa matemática e parceiros de longa data na área, Brasil e França terão a oportunidade de estreitar os laços no 1st Joint Meeting Brazil-France in Mathematics, a ser realizado de 15 a 19 de julho no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Jardim Botânico, Rio.

Durante uma semana, destacados pesquisadores dos Brasil e da França, como o brasileiro Artur Avila (Impa/Universität Zürich), Medalha Fields 2014, e o francês Étienne Ghys (École Normale Supérieure-Lyon), diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e secretário perpétuo da Académie des Sciences, discutirão temas de ponta na Matemática.

As inscrições no encontro, que já tem cerca de 400 participantes, podem ser feitas aqui.

Organizado pelo Impa e pelas sociedades matemáticas do Brasil (Sociedade Brasileira de Matemática – SBM e Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional) e da França (Société de Mathématiques Appliquées et Industrielles – SMAI e Société Mathématique de France – SMF), o evento inclui palestras sobre geometria, ministradas por Ghys, e uma apresentação do matemático João Cândido Portinari (PUC-Rio) sobre o projeto que criou para reunir e preservar o acervo do pai, o artista plástico Cândido Portinari (1903-1962).

O diretor-geral do Impa, Marcelo Viana, afirma que o encontro foi criado “para renovar” a colaboração entre os dois países, iniciada na década de 50 com a visita de matemáticos franceses ao Brasil, como André Weil (1906-1998) e Laurent Schwartz

(1915-2002). Com o passar dos anos, a parceria científica se intensificou, especialmente duas décadas depois, quando surgiu a possibilidade de o serviço militar francês ser substituído por trabalho em outros países nas áreas de Educação ou Ciência.

“Muitos jovens matemáticos vieram para o Impa, como Ghys e Jean-Christophe Yoccoz [1957-2016, Medalha Fields 1994]”, diz Viana, sobre dois pesquisadores honorários do IMPA.

A França também recebeu muitos matemáticos brasileiros, como Avila, que foi pesquisador do CNRS. Ele vê como muito positiva a realização de um evento “que celebra o histórico de colaboração entre os dois países” e considera que o desenvolvimento rápido da matemática no Brasil “deve enormemente” a matemáticos franceses, como Michael Herman (1942-2000, nascido em Nova York e criado na França) e Harold Rosenberg, pesquisador extraordinário do Impa.

“Embora não tenhamos mais, infelizmente, a possibilidade de ter o J.-C. (Yoccoz) no evento, é com muito prazer que observo que o Étienne Ghys nos prometeu cinco palestras para termos contato com a sua bela visão da matemática, que vem nos influenciando há 40 anos”, destaca Avila.

## Rede Franco-Brasileira de Matemática

Viana é um exemplo de quão prolífica é a parceria entre Brasil e França. Em 2016, ele recebeu o Grand Prix Scientifique Louis D., principal prêmio científico francês, concedido pela Academia de Ciência da França, por trabalho sobre Teoria do Caos. O diretor-geral do Impa dividiu a honraria com o francês François Labourie, da Universidade de Nice.

Parte do valor ganho à época Viana destinou para financiar o evento no IMPA. Também apoiam o encontro o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Université Paris 13.

Para fortalecer a parceria, surgiu em 2000 a Rede Franco-Brasileira de Matemática, coordenada, no Brasil, pelo pesquisador emérito do IMPA, Jacob Palis. Além disso, desde 2004, o Impa é Unidade Mista Internacional (UMI) do CNRS, principal agência francesa de fomento científico.

topo 

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

### Pesquisa e Desenvolvimento - Destruição e Ameaças

O apoio federal à P&D e as oscilações da economia brasileira.

Os marcos inaugurais da atual longa conjuntura da política pública de P&D no Brasil foram as fundações do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do CNPq e da **Capes**, entre 1949 e 1951 e da Financiadora de Estudos e Projetos/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/Finep), cerca de duas décadas depois. Nesses 70 anos a política federal de P&D enfrentou inúmeras crises orçamentário-financeiras, sempre refletindo oscilações da economia do país e tendo como âncoras de sustentação mais ou menos explícitas e mais ou menos intensas uma perspectiva desenvolvimentista e o interesse dos militares nesse campo.

Durante a primeira década dessa longa conjuntura, a instituição que liderou o processo foi o CNPq. Nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970 emergiram como atores fundamentais duas instituições e as políticas e programas a elas vinculados. O primeiro deles foi a Finep na condição de secretaria-executiva do FNDCT, que rapidamente veio a ocupar o papel de ferramenta central no apoio à P&D no país. O segundo ator foi a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (**Capes**) que, a partir de 1965, instituiu e liderou o mais bem-sucedido componente de política educacional do Brasil – a pós-graduação no modelo norte-americano – que vem fornecendo a quase totalidade da nossa mão-de-obra qualificada para as atividades de P&D nas universidades, institutos de pesquisa e empresas. Foi também no início da década de 1960 que tornou-se operacional a principal agência estadual de apoio à pesquisa – a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). Mais tarde, outras unidades da federação criaram também agências estaduais espelhadas na atuação da Fapesp, muito embora bem mais frágeis do ponto de vista institucional e orçamentário.

A instabilidade do apoio financeiro ao longo desse período, particularmente a partir da década de 1970 quando passaram a existir números mais confiáveis, é evidenciada por várias e importantes oscilações que refletiam as instabilidades econômicas e políticas mais gerais. Utilizando como proxy do apoio federal à P&D os desembolsos do FNDCT, a Figura 1 procura associar aquelas oscilações a esses processos mais gerais[i].

Veja aqui o artigo na íntegra.

topo ↕

## **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - TEMPO REAL**

### **MPF quer que Capes retifique edital de seleção de Programa de Professor Visitante no Exterior**

#### **Ação civil pública ajuizada na Paraíba visa cumprimento dos princípios da legalidade, da publicidade e da transparência**

Com base nos princípios regentes da Administração Pública, em especial os da legalidade, da publicidade e da transparência na condução de seleções públicas, o Ministério Público Federal (MPF) em João Pessoa, capital da Paraíba, ajuizou ação civil pública, com pedido liminar, em face da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação ligada ao Ministério da Educação.

Na ACP, o MPF requer a retificação do Edital 01/2019, quanto à retirada da cláusula 6.3.3.4, uma vez que não há fundamento legal para impor sigilo da identidade dos avaliadores do concurso. Para o Ministério Público, é preciso que a organização do certame se abstenha de indeferir eventuais solicitações dos candidatos de acesso à identidade dos consultores ad hoc. A investigação no Ministério Público teve início em razão de denúncia de candidato que afirmava só ter conseguido obter informações sobre o último processo seletivo após recorrer à Controladoria-Geral da União com base na Lei de Acesso à Informação.

O MPF requer também que os critérios e etapas da seleção sejam descritos de forma clara no edital, a fim de evitar dúvidas nos candidatos e questionamentos que ponham em xeque a lisura do processo seletivo. Assim, requer que o Judiciário determine a retificação do edital para que dele conste em qual etapa da seleção e de que modo se dará a prioridade concedida aos candidatos com perfil acadêmico equivalente e/ou superior ao de pesquisador nível 1D ou superior para professor visitante sênior, na

classificação de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O MPF quer ainda que conste em que consistem as etapas da seleção Análise Técnica e Análise de Mérito, bem como a escala de notas que será utilizada pelo Comitê Científico na Etapa de Priorização para cada um dos critérios avaliativos (antes da atribuição dos respectivos pesos) e, ainda, que indique eventual nota de corte a ser observada.

O MPF quer também ampla publicidade aos procedimentos relativos ao concurso, passando a divulgar as notas dos candidatos aprovados quando da publicação do resultado final. A ação contempla ainda pedido para que a **Capes** remeta ao juízo os pareceres finais dos candidatos aprovados na seleção regida pelo Edital **Capes** 45/2017, com as respectivas notas, ante negativa da fundação requerida de entregá-los ao Ministério Público Federal nos autos do procedimento extrajudicial que instrui a ação.

Suspensão e providências para próximos editais – Na ação civil pública, o MPF em João Pessoa pede ao Poder Judiciário a suspensão do certame atualmente em curso até que as providências citadas sejam adotadas. O início dos estudos no exterior, para os aprovados, está previsto para ocorrer, segundo o edital, de setembro a dezembro deste ano. O Ministério Público Federal requer também que as medidas solicitadas sejam adotadas nos próximos editais de seleção do Programa de Professor Visitante no Exterior.

Multa – O MPF quer ainda fixação de multa diária pelo eventual descumprimento das determinações, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e da execução judicial das obrigações não cumpridas.

Íntegra da ação (nº 0808202-28.2019.4.05.8200)

topo ↕

**O ESTADO ONLINE - TEMPO REAL**

**Retribuição de formigas que defendem plantas é açúcar e proteína**

15/07/2019 17:40 (MS)

Rafael Belo com Agência Fapesp

Laura Leal

Açúcar e proteína são os pagamentos para as formigas que defendem plantas, de acordo com os biólogos Laura Carolina Leal e Felipe Passos que realizaram uma série de experimentos no sertão da Bahia, uma região de vegetação de caatinga, para verificar a interação das plantas que possuem nectários extraflorais e formigas.

Nectários extraflorais são fontes de açúcar (carboidrato) que as plantas fornecem às formigas em troca do serviço de defesa da planta contra herbívoros. São glândulas de néctar não relacionadas com o processo de polinização da planta e visitadas frequentemente por várias espécies de formigas.

“Diferentemente do que se pensava, descobrimos que o carboidrato é apenas uma das formas de pagamento oferecido pelas plantas em troca do serviço de defesa proporcionado pelas formigas. Outra forma de pagamento são as proteínas que as formigas podem obter ao consumir os artrópodes herbívoros que se encontram

disponíveis nas plantas que as formigas visitam”, disse Leal, professora do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

“Esta constatação vai contra a ideia de que o pagamento é só açúcar. Mostra que aquilo que a formiga ganha do herbívoro também importa. Em um ambiente onde alimentos ricos em proteína são mais escassos, com menos artrópodes, verificamos que as formigas podem ser mais agressivas, defendendo sua fonte de alimento e, por consequência, as plantas”, disse à Agência FAPESP.

Resultados do estudo foram publicados no *Biological Journal of the Linnean Society*. O trabalho teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O foco dos estudos de Leal e Passos gira em torno da investigação das diversas formas de mutualismo que ocorrem na interação entre insetos e plantas. “Mutualismo é a interação entre duas espécies com benefícios dos dois lados. Se não for vantajoso para ambas as espécies, mas só para uma delas, então é parasitismo”, disse.

“Diversos estudos mostraram que formigas nectarívoras expulsam herbívoros e aumentam o sucesso reprodutivo de plantas com nectários extraflorais. Quanto mais importante o néctar extrafloral para as formigas, melhor deve ser para as plantas, uma vez que isso aumentaria a agressividade das formigas ao interagir com herbívoros. Decidimos investigar se o néctar seria mesmo o único pagamento que as plantas fornecem às formigas, uma vez que consumir o próprio herbívoro também pode ser uma vantagem para as formigas”, disse Leal.

Leal e Passos verificaram a hipótese de que a frequência de forrageio por espécies de formigas mais agressivas e a eficiência de defesa de plantas por formigas seriam maiores quando a disponibilidade de carboidratos ou de proteínas para formigas fosse baixa. Isso aumentaria o valor relativo tanto do néctar extrafloral como dos herbívoros para as formigas.

O estudo foi realizado no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia. A região tem clima semiárido, com temperatura média anual de 25,2 °C e precipitação média anual de 848 milímetros. A vegetação da caatinga é caracterizada por um mosaico de arbustos espinhosos e florestas sazonalmente secas.

Em Feira de Santana, no início de 2017, os pesquisadores estabeleceram para fins do estudo 19 parcelas de terreno de 16 metros quadrados cada uma, distantes entre elas ao menos 30 metros. As parcelas continham a planta rasteira *Turnera subulata*, popularmente conhecida como boa-noite, chanana ou flor-do-guarujá. A densidade de *T. subulata* variou de cinco a 218 exemplares por parcela de estudo.

“Nas áreas estudadas, *T. subulata* era a principal espécie de planta e a única que continha nectários extraflorais”, disse Leal. Esta planta apresenta um par de nectários extraflorais inseridos no pecíolo e na base das inflorescências. Esses nectários são constantemente visitados por diferentes espécies de formigas que podem defender a planta contra herbívoros.

“A importância relativa de qualquer recurso para animais pode ser influenciada pela abundância desse recurso no hábitat, mas também pelo número de indivíduos que compartilham esse recurso. Portanto, nosso primeiro passo foi quantificar os ninhos de formigas que buscavam alimento em nossas parcelas”, disse.

Para isso, os pesquisadores colocaram cinco iscas mistas de carboidratos e proteínas (sardinha e mel) no solo em cada parcela. Uma isca foi colocada no centro de cada parcela e as outras quatro iscas posicionadas nos vértices, a 3 metros do centro. As iscas permaneceram ativas entre as 7 e as 11 horas (pico de atividade das formigas no local de estudo).

“Esperamos até que as formigas localizassem as iscas e as seguimos de volta a seus ninhos, mesmo quando os ninhos estavam localizados fora de nossas parcelas de estudo”, disse Leal.

Depois de quantificar os formigueiros, os pesquisadores estimaram a abundância local de recursos de proteína e carboidratos para formigas em cada uma das parcelas de estudo. Dado que *T. subulata* é uma herbácea que ocorre em hábitat aberto, é atendida principalmente por formigas que procuram alimento no solo.

“Registramos 312 ocorrências de 13 espécies de formigas nas plantas do estudo, com a maioria das plantas sendo procuradas por duas ou mais espécies simultaneamente”, disse Leal.

Entre as espécies de formigas, *Camponotus blandus* foi a mais frequente (42% das ocorrências), seguida de *Dorymyrmex piramicus* (25,6% das ocorrências). Para essas formigas, os artrópodes mortos do solo são a principal fonte de proteína.

Os pesquisadores utilizaram a biomassa de artrópodes em cada parcela de estudo como aproximação para determinar a disponibilidade de proteína para formigas que frequentam os nectários extraflorais naquelas plantas em cada parcela. Para isso, instalaram cinco armadilhas de queda em cada local de estudo: uma no centro e quatro nos vértices de cada local de estudo.

“As armadilhas de queda permaneceram ativas por 24 horas. Filtramos o conteúdo de cada armadilha e secamos no forno (a 60 °C) por 24 horas. Quanto menor a biomassa seca média dos artrópodes coletados em cada local de estudo, menor a disponibilidade local de proteína para formigas”, disse Leal.

## Menos proteínas, mais agressividade

Para avaliar se a disponibilidade de carboidratos e de proteínas no hábitat afeta a eficiência da defesa de formigas, os pesquisadores observaram o comportamento das formigas que frequentam os nectários extraflorais em relação a um herbívoro simulado.

“Simulamos a presença de um herbívoro na planta usando larvas do besouro-do-amendoim (*Ulomoides dermestoides*), que leva este nome por ser um predador comum de sementes de amendoim. Colocamos uma larva no ramo mais apical de cada planta focal, na folha que ofereceu a melhor plataforma horizontal para o inseto. Esperamos

até a larva ser localizada pelas formigas”, disse Leal.

Em cinco plantas de cada parcela, os biólogos registraram a identidade das formigas presentes e sua eficiência na remoção de herbívoros simulados da planta.

“Quando a larva foi localizada, observamos o comportamento das formigas em direção à larva. Observamos se a larva foi removida da planta, se as formigas pegaram a larva e a levaram para o solo, se a larva foi lançada da planta pelas formigas ou se a larva foi consumida no local onde foi encontrada”, disse Leal.

Segundo a pesquisadora, a probabilidade de interação da planta com espécies de formigas mais agressivas não foi influenciada pelo número de nectários extraflorais ativos ou pela biomassa de artrópodes nas parcelas.

“No entanto, os herbívoros simulados foram removidos com maior frequência em parcelas com menor biomassa de artrópodes. Isso sugere que as formigas, independentemente da espécie, tornam-se mais agressivas em relação a outros artrópodes em locais pobres em proteínas. Consequentemente, esse aumento da agressividade potencialmente aumenta a eficiência com que as plantas portadoras de nectários extraflorais são defendidas contra herbívoros”, disse.

Ao contrário dos carboidratos, os recursos proteicos não são renováveis e são distribuídos aleatoriamente no ambiente. Insetos mortos, por exemplo, não têm padrão previsível de distribuição, sendo encontrados em locais onde os insetos morreram. Uma vez consumidos, esses insetos mortos não podem ser acessados por outras espécies de formigas na comunidade.

“Isso nos leva a propor que as plantas portadoras de nectários extraflorais seriam mais eficientemente defendidas em habitats pobres em proteínas, independentemente de quanto as plantas investem na interação via secreção de néctar”, disse Leal.

Nesse cenário, até mesmo as plantas que secretam néctar extrafloral de baixa qualidade podem ser defendidas de maneira eficaz contra herbívoros pelas formigas, porque o comportamento das formigas em direção aos herbívoros será impulsionado pela demanda de proteína, e não de carboidratos.

[topo](#)

## **PORTAL MÍDIA URBANA - TEMPO REAL**

### **MEC propõe reunião com reitores e pró-reitores de Federais**

O Ministério de Educação propôs aos reitores e pró-reitores das universidades de todo país, uma reunião visando apresentar na próxima semana uma proposta que aumentaria a autonomia financeiras das universidades.

O Ministro da Educação Abraham Weintraub, já tinha feito anteriormente, cortes no orçamento das instituições federais. O ministro afirmou em entrevista que cortaria recursos de instituições que promovessem “balbúrdia”. Muitas universidades tiveram cortes de bolsas, devido a baixa no orçamento do **Capes**.

Segundo pessoas ligadas ao setor, o MEC quer estimular as universidades a captarem fontes alternativas para recurso. Estimular cursos MBA que possam ser cobrados, é uma das ideias a serem propostas.

topo ↕

## R7 - TEMPO REAL

### Mudanças no processo seletivo da UnB

A Universidade de Brasília (UnB) anunciou mudanças em seu processo seletivo para 2020. A principal delas é que o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) não será mais adotado como método de ingresso na Universidade.

Mas calma, o Exame Nacional do Ensino Médio continuará sendo utilizado para selecionar candidatos, só que de forma diferenciada. O vestibulando irá usar sua nota no ENEM para aplicá-la ao novo processo da Universidade. As inscrições deverão ser feitas na plataforma do Ministério da Educação (MEC). Serão 25% das vagas destinadas à essa forma de seleção.

Outra mudança anunciada pela Universidade, refere-se aos candidatos que farão o vestibular de forma tradicional, com a prova da UnB: não será mais possível alterar a pré-opção de curso, turno e campus. Uma vez que a opção de curso é escolhida, ela deverá ser mantida até o fim do processo. Essa medida foi tomada para evitar que os candidatos fiquem trocando de curso por conta da sua nota. Dessa forma, os outros candidatos eram prejudicados, assim como todo o sistema de seleção de vagas. Outro ponto levantado pela equipe da Universidade é a preocupação com a ansiedade dos candidatos durante as inscrições, já que havia uma expectativa diante da relação candidato/vaga.

O processo está com previsão para ser aberto em janeiro de 2020, poucas semanas após o resultado do ENEM 2019.

Para esse ingresso via ENEM, o candidato deverá consultar o Edital que será divulgado pela Universidade, somente para esta modalidade.

“Tô confuso, como ficam as coisas?”

Resumindo tudo, os processos seletivos da UnB ficam assim:

#### Programa de Avaliação Seriada (PAS)

Na inscrição, os candidatos vão ter que sinalizar qual curso, turno e campus desejam ingressar na Universidade. O processo abre no primeiro e no segundo semestre, com 50% de vagas anuais.

#### Vestibular

Assim como o PAS, os candidatos deverão informar qual curso, turno e campus desejam cursar. O processo abre apenas no segundo semestre e tem 25% das vagas anuais.

#### ENEM (antes SiSU)

Esse processo terá edital específico e com inscrição gratuita. Ele será disponibilizado apenas no primeiro semestre de cada ano e terá 25% das vagas anuais.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Universidades federais reduzem atividades e ameaçam parar no 2º semestre

Com verbas restritas, parte das universidades federais prevê suspender atividades. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tem R\$ 48 milhões bloqueados, está funcionando em horário especial, neste mês, para economizar água e energia. A instituição suspendeu, ainda, 300 bolsas de monitoria, de R\$ 400, que seriam pagas a alunos no segundo semestre, e reduziu a limpeza de áreas externas.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) também prevê suspensão das atividades caso não ocorra desbloqueio. Audiências públicas serão realizadas pela universidade em agosto para informar estudantes e professores sobre o impacto dos cortes. O bloqueio para atividades de manutenção da universidade, como água, luz e segurança, foi de aproximadamente 34,5%.

Na Federal do ABC, os bloqueios deverão "comprometer fortemente" o funcionamento em 2020. A UFABC teve 30% dos valores bloqueados (R\$ 15,4 milhões para custeio e R\$ 6,9 milhões para investimento).

Na Universidade Federal do Acre (Ufac), que teve R\$ 13,1 milhões bloqueados, 75 das 278 bolsas de iniciação científica foram cortadas e os editais para bolsas de extensão e estágio, suspensos. A Ufac prevê fechar o restaurante universitário.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a obstrução orçamentária foi de R\$ 114 milhões. A universidade informou que fará contato com o MEC para que "não apenas tenha condições de funcionar, mas permaneça na posição de liderança na educação superior brasileira".

Já a Federal do Amazonas (Ufam), que informa bloqueio de R\$ 38 milhões, prevê pagar terceirizados e fornecedores só até este mês. Também afetada pelo bloqueio, a Federal de Goiás (UFG) disse que estratégias como o corte de ar-condicionado são para prorrogar atividades. Segundo a reitoria, novas medidas de racionamento estão sendo implementadas.

A Federal de Santa Catarina (UFSC) informou que houve redução de verbas de custeio em 35%. "Estamos propondo uma revisão de contratos com as empresas terceirizadas", disse Áureo de Moraes, chefe de gabinete da reitoria.

A Federal do Paraná (UFPR) informou que restrições não afetam apenas as bolsas de mobilidade, mas todos os benefícios de graduação - de iniciação científica ou extensão. Editais de mobilidade acadêmica para 2020 também dependem de condição orçamentária, segundo a reitoria. Eventos como o festival de inverno foram encurtados e a universidade recorre a patrocínios externos.

### Prejuízos

Especialista em ensino superior, o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Leandro Tessler vê com preocupação o cenário.

"O que faz a diferença entre uma boa universidade e uma medíocre é que, nas boas, os estudantes têm a oportunidade de aprender muito além da sala de aula, com intercâmbio, iniciação científica", diz. "A formação é um conjunto de oportunidades que os estudantes têm." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

# CLIPPING

